

Do jornalismo humanizado ao fotojornalismo humanizador com perspectiva de humanismo marxista

From humanized journalism to humanizing photojournalism with the perspective of Marxist humanism

Del periodismo humanizado al fotoperiodismo humanizador con la perspectiva del humanismo marxista

Marcelo De Franceschi dos Santos¹

Resumo

Este artigo propõe conceitos de humanização e de humanismo marxista para o jornalismo, especialmente para o fotojornalismo. Primeiramente, realiza uma revisão bibliográfica sobre jornalismo humanizado partindo da reflexão de Ijuim e Sardinha (2009) entre outros autores. Em seguida, apresenta um breve histórico de como a representação do ser humano passou a ser preocupação da pintura (Pessanha, 1994) até o fotojornalismo humanista (Burgi, 2012). Depois disso, envereda-se por uma perspectiva marxista sobre o conceito de humanização (Freire, 2016) e características essenciais humanas definidas por Márkus (2015): consciência, trabalho e sociabilidade. As concepções do humanismo marxista para o jornalismo, especialmente para a fotografia jornalística, pode contribuir para humanizar os oprimidos retratados.

Palavras Chave

Jornalismo; Fotojornalismo; Humanização; Humanismo Marxista; Práxis.

Recibido: 30 de junio de 2019
Aceptado: 1 de septiembre de 2019
Publicado: 23 de diciembre de 2019

¹ Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (2018) e servidor público na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: mfjournals@gmail.com.

Resumen

Este trabajo propone conceptos de humanización y humanismo marxista para el periodismo, especialmente para el fotoperiodismo. Primero, logra una revisión bibliográfica sobre periodismo humanizado a partir de la reflexión de Ijuim y Sardinha (2009) entre otros autores. Luego, presenta una breve historia de cómo la representación del ser humano comenzó a preocuparse por la pintura (Pessanha, 1994) ante el fotoperiodismo humanista (Burgi, 2012). Después de eso, presenta una perspectiva marxista sobre el concepto de humanización (Freire, 2016) y las características esenciales humanas definidas por Márkus (2015): conciencia, trabajo y sociabilidad. Las concepciones del humanismo marxista para el periodismo, especialmente para la fotografía periodística, pueden contribuir a humanizar a los retratados retratados.

Palabras clave

Periodismo; Fotoperiodismo; Humanización; Humanismo marxista; Práctica.

Abstract

This work proposes concepts of humanization and marxist humanism for journalism, especially for photojournalism. First, it achieves a bibliographical review on humanized journalism starting from the reflection of Ijuim and Sardinha (2009) among other authors. Then, it presents a brief history of how the representation of the human being started to be concern of the painting (Pessanha, 1994) to humanist photojournalism (Burgi, 2012). After that, it presents a marxist perspective about the concept of humanization (Freire, 2016) and human essential characteristics defined by Márkus (2015): consciousness, work and sociability. The conceptions of marxist humanism for journalism, especially for journalistic photography, can contribute to humanize the oppressed portrayed.

Keywords

Journalism; Photojournalism; Humanization; Marxist Humanism; Praxis.

Introdução.

O interesse pela capacidade de humanização proporcionada pelo jornalismo tem partido tanto da prática profissional quanto de teorias acadêmicas, embora não haja incompatibilidade entre uma e outra (Genro Filho, 1989; Meditsch, 1992). Por parte da prática profissional, foram lançados alguns “manuais de jornalismo humanizado”². No meio acadêmico, autores apostam na capacidade de humanização ora da entrevista (Reinaldo, 1990), ora da reportagem (Zapata, 1990; Mazini, 2008; Alves; Sebrian, 2008; Mancuzo & Maria & Boni, 2010; Ijuim & Sardinha, 2009; Ijuim, 2012, 2017; Montipó, 2010, 2011; Montipó & Bortoli, 2014; Oliveira, 2015). A maior investida na reportagem se origina geralmente de duas ideias: primeiro, por um suposto risco do jornalismo se tornar “superficial e frio na representação dos conflitos humanos” (Mazini, 2008, p. 1), possível consequência de um distanciamento do repórter do local do fato causado pela rotina profissional e/ou pelo acesso à tecnologia para obtenção de informações (Montipó, 2011); e, segundo, porque a reportagem, por sua maior extensão, permitiria ir além da factualidade para compreender os fenômenos sociais (Alves & Sebrian, 2008; Ijuim & Sardinha, 2009; Montipó, 2010, 2011).

No fotojornalismo, uma cobertura humanizada foi descrita por Mancuzo, Maria e Boni (2010). Para eles, ao cobrir uma tragédia, as imagens do repórter fotográfico “ao mesmo tempo em que conotam perdas materiais, chamam a atenção para a esperança, solidariedade e perseverança das vítimas” (Mancuzo & Maria & Boni, 2010, p. 97).

De todo modo, ainda permanecem dúvidas sobre quem seria humanizado e como seria essa humanização. Além disso, o ato de humanizar através de um texto e/ou de uma fotografia vai depender de qual filosofia, ou seja, de qual humanismo subjaz essa ação. Essas duas concepções precisam estar delimitadas caso se queira ter uma

² Em 30 de maio de 2016, a organização não-governamental Think Olga lançou a primeira parte do “Minimanual do Jornalismo Humanizado”. O objetivo era de disponibilizar um guia prático para os profissionais acessarem “sempre que precisarem lembrar o que fazer para que suas publicações não colaborem com a perpetuação da cultura de violência contra a mulher na sociedade brasileira” [Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180327030922/http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulher-e-midia/em-acao-contra-violencia-de-mulheres-ong-lanca-guia-do-jornalismo-humanizado/>]. Inicialmente pensado para ter quatro partes, ao todo sete foram publicadas: “Violência contra a mulher”, “Pessoas com deficiência”, “Racismo”, “Estereótipos nocivos”, “LGBT”, “Aborto” e “Jornalismo Esportivo”. Cada uma dessas partes contém dados, conceitos resumidos, exemplos, sugestões de fontes e glossários. As edições podem ser encontradas em: <https://web.archive.org/web/20180327025847/https://thinkolga.com/2018/01/31/minimanual-de-jornalismo-humanizado/>. Acesso em: 10 jul. 2018.

perspectiva revolucionária, que verdadeiramente humanize aqueles que se encontram historicamente desumanizados.

1. Do jornalismo humanizado a humanização do jornalismo.

No geral, autores preferem os conceitos largos de narrativa para a humanização, ao buscarem coincidências com a área da literatura (Mazini, 2008 & Ijuim & Sardinha, 2009; Montipó, 2010, 2011; Montipó & Bortoli, 2014). Para Mazini (2008, p. 1), dois “elementos estrutural-narrativos” seriam utilizados para humanização: descrição e diálogo. A descrição levaria o leitor à cena sugerida, e o diálogo permitiria “que a narrativa seja conduzida pelos próprios personagens” (Mazini, 2008, p. 14). Como proposta, Ijuim e Sardinha (2009) sugerem a construção de narrativas para o exercício de jornalismo humanizado. Para os dois, o jornalista busca a “compreensão das ações humanas” (Ijuim; Sardinha, 2009, p. 171). Essa compreensão necessita de um posicionamento, por parte do profissional, na escolha das fontes “para ouvir o cidadão comum, a fonte anônima, as lacunas, os pontos de vista que nunca foram abordados” (Ijuim & Sardinha; 2009, p. 161).

De forma humanizada, o jornalismo poderia pautar, para Montipó e Bortoli (2014, p. 102), temas que “são indícios de uma sociedade que precisa ser refletida para que possa ser modificada”. Assim, os autores supracitados (Ijuim & Sardinha, 2009; Montipó, 2010, 2011; Montipó & Bortoli, 2014) assumem, inconscientemente, a necessidade de uma perspectiva marxista de compromisso de transformação da sociedade, que tem como primeira condição o exercício da capacidade de atuar e refletir (Freire, 1982). Comprometendo-se com o mundo, reconhecem que o posicionamento e a responsabilidade resultam “do diálogo social, de sua cumplicidade com o público/sociedade – os outros seres humanos” (Ijuim; Sardinha, 2009, p. 172).

Esse compromisso não é apenas com os outros, mas com a própria humanidade, pois “firmar o compromisso com o mundo tanto requer como é decorrência de um processo humanizador – humanização dos outros homens, como de si mesmo” (Ijuim, 2009, p. 35). Comprometimento com a humanização de si e dos outros não pode ser apenas discurso: precisa ser sem neutralidade. “O verdadeiro compromisso é a solidariedade, e não a solidariedade com os que

negam o compromisso solidário, mas com aqueles que, na situação concreta, se encontram convertidos em ‘coisas’” (Freire, 1982, p. 19).

Para Ijuim (2012), uma possibilidade de humanizar o relato jornalístico ocorre ao tratar as pessoas como personagens de uma história, mais do que fontes. O relato humanizado envolveria uma busca sobre “a compreensão das ações dos sujeitos da comunicação – é a expressão dos sentidos da consciência” (Ijuim, 2012, p. 133). Assim, o relato humanizado já seria humanizador. Ainda sobram dúvidas sobre para quem e como seria essa humanização. Essa ação pode ser utilizada por quem é comumente visto como ser humano, o que seria uma obviedade e redundância. Por outro lado, uma humanização marxista teria um sentido revolucionário, sendo direcionada às pessoas desumanizadas ao buscar conscientizá-las e possibilitar a elas dizerem suas palavras e questionarem a si e aos outros sobre a realidade em que estão inseridas (Freire, 2015).

Inserido nas relações com o mundo, a necessidade de autodesenvolvimento acarreta em um processo contínuo de humanização, que pode ser resumida na vocação dos homens e das mulheres: ser mais (Freire, 2015). Assumida essa vocação, há o processo oposto disso, a distorção dessa vocação: a desumanização, o ser menos. Esta impediria tudo aquilo que os seres humanos poderiam vir a ser. A desumanização se trata do que uma possibilidade: é uma realidade histórica. Para o humanismo marxista, conforme Folquening (2002, p. 46), a humanidade não é uma condição perene, mas desaparece quando o trabalho e os ganhos são apossados por uma minoria que detém os meios de produção, ou seja, desumaniza a maioria.

A desumanização leva os oprimidos a instaurar uma luta contra quem os leva a ser menos – os opressores. Essa luta ganha sentido na busca dos oprimidos pela recuperação da humanidade deles e dos opressores. Assim, essa restauração significa também a libertação de ambos, protagonizada pelos oprimidos. Essa contraposição aponta a necessidade de superação da condição de desumanização por meio de processos libertadores que possibilitem a humanização. “A primeira, como expressão concreta de alienação e dominação; a segunda, como projeto utópico das classes dominadas e oprimidas” (Freire, 1984a, p. 98).

Quanto ao que desumaniza no jornalismo, três situações são destacadas por Ijuim (2017): “1) quando caricaturiza o ser humano, 2) quando

ignora a complexidade do fenômeno, 3) quando não reconhece o outro” (Ijuim, 2017, p. 236-237). No primeiro caso, personagens de reportagens seriam tratados como objetos por repórteres e editores que carregam em seus afazeres vários estereótipos que “banalizam a vida humana” (Ijuim, 2017, p. 238). No segundo caso, o desprezo pela “complexidade do fenômeno”, uma cobertura focada nos fatos “perde em cumplicidade com o outro e, por isso, não reporta a vida” (Ijuim, 2017, p. 239). No terceiro caso, o “não reconhecimento do Outro”, o jornalismo, ao abordar grupos sociais, reproduziria uma “postura discriminatória que desqualifica o ser humano” (Ijuim, 2017, p. 240). Como síntese, Ijuim (2012, p. 129) avalia que os problemas das reportagens não são só éticos mas decorrem “dessa visão fragmentada que trata de assuntos isoladamente sem considerar as múltiplas conexões possíveis”. Justamente o contrário, a humanização entendida por Freire aponta a tarefa de ultrapassar a constatação dos dados.

Uma das radicais diferenças entre a humanização e a desumanização está em que a primeira trata o conhecimento como ato de conhecer, enquanto que a segunda confere um tratamento de transferência. Conhecer criticamente as condições concretas da realidade, afirma Freire (2015), possibilitará aos seres humanos a busca que tem como objetivo básico sua humanização. Encarar homens e mulheres como coisas, processa a ação em termos mecanicistas, resultando em crescente domesticação do ser humano. Por outro lado, ao serem encarados pela perspectiva marxista como pessoa, o que-fazer com eles será cada vez mais libertador.

2. Humanismo marxista e práxis.

A perspectiva da humanização pode descender de um humanismo marxista como apontado por Ijuim (2012), por meio do compromisso social (Freire, 1982). De acordo com Freire (1982, p. 16), “a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir”. Ação e reflexão são inseparáveis da maneira humana de existir. E existir é estar no mundo e com ele. “O existir é individual, contudo só se realiza em relação com outros existires. Em comunicação com eles.” (Freire, 1984b, p. 41). Nessa capacidade humana de agir e refletir, o profissional de jornalismo que “não vê em seu trabalho apenas a mera execução de técnicas” (Ijuim, 2009, p. 35) cabe se desenvolver.

Uma diferenciação básica entre humanismo abstrato e humanismo crítico é feita por Freire (2015). Cada um dos dois possui três aspectos. O primeiro aspecto do abstrato seria se nutrir de um humano ideal, fora do mundo e fabricado pela imaginação por mais “bem intencionada” de quem o imagine. O segundo aspecto seria levar à procura de concretização desse modelo ideal intemporal, por meio do qual o humano realmente concreto se aliene. E o terceiro seria, por não ter uma visão crítica, pretender um ser, de novo ideal e intemporal, para o humano. Negando esses três aspectos, o humanismo crítico considerado por Freire possui caráter concreto, não se nutrindo de visões de um humano ideal abstrato, fora do mundo. E a concretização não leva a um modelo intemporal e imutável. Por isso, evita o determinismo ao combater a pretensão de um “será” para o ser humano, que “‘está sendo’ uma forma quase não ser” (Freire, 2015, p. 97).

O humanismo marxista, acompanhado do existencialista e do cristão, segundo Mendonça (2006), influencia a obra freireana. Uma marca de humanismo denominado “existencialista” é a ideia do ser humano como ser no mundo. A realidade concreta precede a existência humana e condiciona o ser humano inserido nela. Porém, o ser humano não apenas existe no mundo, mas existe com o mundo. Tal capacidade de pensar sobre onde está e como este mundo os condiciona, leva homens e mulheres a perceberem que podem modificar suas condições. Assim, a proposta de Freire reconhece a historicidade dos seres humanos. Sendo históricos, homens e mulheres “estão sendo”, ou seja, são inacabados, inconclusos, em e com a realidade igualmente histórica e inacabada. E por ser inacabada, a história está sempre por ser feita pelos sujeitos que estão em constante formação. O algo por se realizar, como um processo, expõe o vestígio do humanismo cristão, que se incorpora através da categoria da utopia. Freire entenderia a utopia não como irrealizável, mas como aquilo que vem da possibilidade de se concretizar. Utopia implica nos atos de denunciar e anunciar, “o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico” (Freire, 1980, p. 27). Essa tensão entre a denúncia e o anúncio é fundamental para que a utopia seja verdadeira, prenunciando “um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens” (Freire, 1992, p. 91).

A categoria da práxis fundamenta a perspectiva do humanismo marxista em Freire. A práxis é a categoria medular do marxismo, cuja tese

fundamental, de acordo com Genro Filho (1986), consiste em ser uma filosofia proposta a modificar o mundo e avançar as ciências em geral. Nesse sentido, Freire considera a práxis como “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (Freire, 2016, p. 75). Caso o humano seja submetido à condições concretas que o façam de objeto, a vocação fundamental de ser da práxis, da ação-reflexão, será sacrificada.

Ainda segundo Genro Filho (1986), Marx deu um novo conteúdo para o conceito de práxis ao unir a premissa materialista e o aspecto ativo e criador da subjetividade humana. A partir de Marx, esse conteúdo “significa uma relação em que a matéria é ontologicamente anterior ao pensamento, a atividade prática na história é logicamente anterior à consciência e esta, por seu turno, é tanto lógica quanto ontologicamente superior à matéria e à atividade prática.” (Genro Filho, 1986, p. 29-30). Dessa forma, o que passa a distinguir o humano, essencialmente, é a consciência. O que passa a qualificar o humano não é seu aparelho digestivo ou utilizar ferramentas para a subsistência, embora o pensamento não possa existir sem a matéria nem se desenvolver sem a ação.

Pensando sobre ser inacabado em e com uma realidade, o ser humano se reconhece estando em procura permanente de realização, de acordo com Freire (2016). Essa busca implica em um sujeito não isolado – portanto, coletivo –, um ponto de partida e um objeto. O sujeito da busca é o próprio ser humano, mas ela somente é autêntica em comunhão com outros sujeitos. Uma procura movida por “interesses pessoais e de grupos, é necessariamente uma busca contra os demais” (Freire, 1969, p. 126). O ponto de partida está no próprio ser humano, mas que não existe sem o mundo e, portanto, encontra-se no humano em suas relações com o mundo e com os outros.

O fundamental para a concepção humanizadora reside no despertar da reflexão e crítica para a ação transformadora. Por meio de uma constante problematização dos oprimidos, que pode levar a sua humanização, o humanizar se realiza. Freire (2016) faz uma distinção entre humanista, humanitária, e humanizadora. O primeiro adjetivo significa uma consideração com o humano, o segundo é uma prática assistencialista que faz do humano um objeto, e o terceiro contribui para a formação do humano na própria busca do ser mais. O humanitarismo dos opressores, para Freire (2016, p. 107-108), “está em

preservar a situação de que são beneficiários e que lhes possibilita a manutenção de sua falsa generosidade”. Bem diferente da humanização, que significa “a superação da contradição opressor-oprimido” (Freire, 2016, p. 99).

3. Características essenciais humanas para humanização

A realização da constante humanização ocorreria por meio da proposta de um esforço problematizador para fazer a consciência perceber a si mesma. Do ponto de vista do interesse da desumanização, torna-se indispensável evitar qualquer esforço em que homens e mulheres se percebam como seres questionadores, reflexivos, transformadores do mundo. Por ser impossível destruir ou desabilitar o pensamento humano, as classes dominantes e opressoras mitificam a realidade, fazendo-a passar pelo que ela não está sendo. “O elemento mítico aí introduzido não proíbe propriamente que o homem pense; dificulta o exercício de sua criticidade, dando ao homem a ilusão de que pensa certo” (Freire, 1984a, p. 101). A mitificação conduz à “sacralização” da ordem social, que não permite ser discutida ou tanto mais tocada. Desumanizados pelos opressores e pelas condições históricas, os oprimidos precisam primeiro tomar consciência de sua situação e, com isto, ir em direção à libertação.

A consciência é um dos três traços essenciais humanos, conforme Márkus (2015), aliada com o trabalho e a sociabilidade. O autor entende a essência humana como “o conjunto de traços fundamentais que permanecem intocados pelo desenvolvimento histórico da humanidade, que são inseparáveis do homem como tal e são característicos de cada indivíduo em qualquer forma de vida social” (Márkus, 2015, p. 89). Um conjunto que leva ao que torna os seres humanos diferente dos outros seres, como distinguem Márkus (2015) e Freire (2015).

A reprodução e imagens mentais do mundo diferem entre ser humano e animal. O universo como algo além das necessidades não existe para o animal. Para os humanos, a atividade produtiva “só é possível quando uma contraposição e comparação podem ser feitas entre o objetivo, a forma ideal desejada do objeto a ser provocada, e a coisa realmente presente e percebida em si” (Márkus, 2015, p. 69). Ao ser humano, aparece uma realidade externa e objetiva das coisas existentes, e, em oposição a estas, surge a consciência subjetiva das intenções e necessidades humanas. Freire (2015) explica que humanos

e animais se demarcam por meio de duas preposições. O animal seria um “ser-em-si”, não sendo capaz de se perceber “desanimalizado”; já o humano é um “ser-para-si” e possui a capacidade de estar ciente de sua desumanização, “quando é submetido a condições concretas que o transformam num ‘ser-para-outro’” (Freire, 1969, p. 127). Para Freire (2016, p. 149), os seres humanos estão permanentemente nesse processo de se tornarem cientes e são os únicos “capazes de ter, não apenas sua própria atividade, mas a si mesmos, como objeto de sua consciência, o que os distingue do animal, incapaz de separar-se de sua atividade”.

Assim, por um lado, a consciência aparece como “‘reprodução mental’ da realidade, ou seja, o conhecimento do mundo circundante” (Márkus, 2015, p. 70). Por outro, a consciência aparece como “a ‘produção mental’ dos objetivos, ideais e valores que se realizam por meio da atividade prática” (Márkus, 2015, p. 70). Por causa dessa reprodução e produção, ou objetivação e subjetivação, a consciência se mantém aberta à comunicação, sendo dotada de expressão linguística e tornando possível a intersubjetividade, o compartilhamento de subjetividades. Diferentemente dos animais, homens e mulheres podem romper com o mero estar no mundo e podem captar a realidade e expressá-la por meio da linguagem, transformando o mundo. Refletindo sobre sua vida, o sujeito “se pergunta em torno de suas relações com o mundo” (Freire, 1984a, p. 66).

A articulação da linguagem permite ao indivíduo a participação na vida social. A consciência é um tipo particular de atividade positiva dirigida à apropriação da realidade – ação que inclui a sensibilidade na qual o ser humano ‘seleciona’ elementos pelo “fluxo contínuo de estímulos que atingem seus órgãos e com a ajuda desses” (Márkus, 1970, p. 76). Como condição para o ser humano se tornar consciente do mundo circundante como algo independente de si mesmo, Márkus (2015, p. 77) estipula que isso pode ocorrer pela “decomposição da situação concreta” que atua sobre os sentidos em “elementos os quais têm um significado socialmente determinado, constante e geral, independente de suas experiências e necessidades individuais”.

Tais elementos não podem ser compreendidos se o ser humano considerar somente a interação entre ele e seu meio circundante. Esses elementos são histórico-sociais, ou seja, tem uma formação prévia, por isso a historicidade é algo a ser conferido pela consciência. O ser humano avança e abrange uma gama crescente de objetos e

relações objetivas que se tornam conscientemente conhecidas por ele também. Quando transcende o ponto de vista da mera utilidade e tenta apreender os elementos, objetos e relações, em sua especificidade, que nunca é aparentemente dada mas que necessita ser perseguida para ser alcançada, o indivíduo social passa a “afirmar sua própria individualidade (entre outros), a partir desta forma rica e multidimensional de compreensão da realidade” (Márkus, 2015, p. 82). Através da objetivação das características essenciais humanas, objetiva-se subjetivamente um comportamento humano para si próprio, sendo sempre um processo social em curso através de um esforço em conjunto. O que leva às outras duas características essenciais, segundo Márkus (2015): o trabalho e a sociabilidade.

Através do trabalho, numa ampla concepção de mais do que apropriação da natureza, o humano modifica os objetos e é modificado por eles. “O trabalho em si, como resultado de seu caráter intencional, proposital, é a ação conjunta da mão e da mente, e o produto do trabalho é a objetivação simultânea de capacidades físicas e intelectuais” (Márkus, 2015, p. 70). O trabalho não significa apenas a relação entre o ser humano e a natureza que constitui uma condição necessária da vida humana, mas é “também autoatividade livre pela qual o homem, forma, desenvolve e se apropria de suas próprias capacidades” (Márkus, 2015, p. 92). Por meio do próprio trabalho, o ser humano forma e transforma a si mesmo num processo contínuo de autocriação no tempo e no espaço, processo esse chamado de história. O trabalho, enquanto produção, é possível somente coletivamente, de forma social.

Por causa da sociabilidade, o indivíduo é um ser social: não pode viver uma vida humana a menos que ele mantenha contato e estabeleça relações com outros humanos dos quais ele herdou ou compartilha habilidades e comportamentos. “A personalidade concreta e singular de cada homem é constituída, nesse caso, através da participação ativa no mundo social do homem e através de sua apropriação, de alguma maneira específica” (Márkus, 2015, p. 62). A personalidade humana se desenvolve em um diálogo constante entre a atividade subjetiva e a realidade social objetiva cuja materialidade é fornecida pelas circunstâncias históricas e pela sociedade.

Os seres humanos concretos e reais, partindo da práxis, podem ser entendidos como verdadeiros sujeitos da história. Nesse contexto teórico materialista, a práxis, enquanto categoria, “ultrapassa a

significação meramente explicativa e adquire um sentido revolucionário.” (Genro Filho, 1986, p. 30). A dialética marxista deixa de ser uma dialética do conceito e passa a ser uma dialética objetiva que, em um movimento, põe o ser humano no mundo, e, noutro movimento, o humano, “através de sua apropriação prática e teórica desse mundo, se põe como história e dentro desta a própria história do mundo passa a revelar-se como o processo da verdade” (Genro Filho, 1986, p. 30). Devido à dimensão subjetiva da práxis, dos seres humanos enquanto seres pensantes, “decorre que as possibilidades do desenvolvimento histórico não se expressam apenas pela probabilidade mas, em seu fundamento especificamente humano, pela liberdade de opção dos indivíduos” (Genro Filho, 1989, p. 67). Para Freire (1969, p. 127), quanto mais o humano se tornar sujeito das modificações, “mais se afirmará como um ser de opções”.

Esta busca por tornar os seres humanos o centro do processo histórico, ao destacar suas características essenciais, pode integrar o compromisso dos profissionais jornalistas tanto da escrita quanto da imagem. Além de conhecer de qual humanização pode ser gestada em conjunto com os retratados, aos fotógrafos jornalistas cabe conhecer como o humanismo marxista baliza a possível humanização.

4. Humanismo nas imagens: por um fotojornalismo humanizador com perspectiva marxista

As consequências visuais de uma perspectiva humanista podem ser constatadas historicamente na pintura. A relação entre imagens e uma concepção de humanismo se aguçou, principalmente, no período renascentista, como destacado por Pessanha (1994) e Charles (2017). Esse período é marcado por retomar ideias de cânones antigos, herdadas da antiguidade greco-romana, para uma nova visão-de-mundo, embora a temática religiosa não tenha desaparecido.

No Renascimento, as marcas anteriores são modificadas. As poses superiores das santidades representadas no mundo físico, no cotidiano, dão lugar às figuras portando gestos mais espontâneos e corpos com anatomia detalhada. “A observação científica era uma forma de realismo, assim como o grande interesse pelos corpos dos santos e pelos detalhes anatômicos da Paixão de Cristo” (Charles, 2017, p. 8). Os humanistas da Renascença atribuíam importância fundamental ao estudo, ao questionamento e a cultura artística.

Tal mudança de concepção e conseqüente expressão na pintura também teve efeito no meio fotográfico que herdou o repertório produzido à mão. Os primeiros fotógrafos oitocentistas eram retratistas que tinham as tradicionais obras pinceladas como referência de composição e de iluminação (Fabris, 1991, p. 174). No fim do século XIX e início do século XX, o desenvolvimento de outros métodos de captação e reprodução de fotografias impulsiona o interesse por registros de seres humanos além de retratos privados, o que leva ao exercício de uma fotografia com caráter humanista (Sousa, 2000). Alguns projetos fotográficos passam a ter como tema os oprimidos, sendo os mais evidentes, conforme Boni (2008), efetuados por três fotógrafos: John Thomson (1837-1921), Jacob August Riis (1849-1914) e Lewis Wickes Hine (1874-1940).

Na Inglaterra, o trabalho do geógrafo escocês Thomson demarca o “início ‘real’ da fotografia de compromisso social” (Sousa, 2000, p. 54). Em colaboração com o jornalista Adolphe Smith, organizou uma revista chamada “Vida de Rua em Londres” (“Street Life in London”, no título original) em 12 edições mensais que foram compiladas em livro em 1877. No prefácio, reconhecendo que não eram os pioneiros na abordagem do assunto pois livros ilustrados já tinham sido publicados, os autores atentam para o fato de que, enquanto a “riqueza nacional aumenta, podemos lembrar com muita frequência a pobreza que, no entanto, ainda existe no nosso meio” (Smith & Thomson, 1877, p. 56, tradução nossa)³. Ou seja, ao fotografar indivíduos cujo meio de subsistência era as ruas, a mendicância ou a realização de qualquer trabalho com baixa remuneração para sobreviver, tentavam mostrar a contradição entre as classes altas da sociedade capitalista da era vitoriana e as classes mais baixas.

A mesma intenção foi efetivada do outro lado do oceano, com os Estados Unidos repleto de desempregados e indigentes após a Guerra Civil de Secessão (1861-1865) sendo o contexto para os trabalhos de Jacob Riis e Lewis Hine. Migrado da Dinamarca em 1870, Riis fotografava a precariedade das habitações dos igualmente imigrantes nos bairros de New York. Publicou, em 1890, o livro “Como a Outra Metade Vive: Estudos Entre os Habitantes de New York” (“*How the Other Half Lives: Studies Among the Tenements of New York*”, no título original), no qual constata que, para remediar efetivamente a desigualdade e

³ Tradução nossa para: “as our national wealth increases, can we be too frequently reminded of the poverty that nevertheless still exists in our midst.” (SMITH & THOMSON, 1877, p. 56).

a especulação imobiliária, a resposta precisaria emergir de uma mudança estrutural. “Nem a legislação nem a caridade podem aplacar a questão. A ganância do capital que forjou o mal deve ela mesma desfazer isso, na medida que pode agora ser desfeito” (RIIS, 1880, p. 4, tradução nossa)⁴. Seus esforços provocaram mudanças sociais e reformas na estrutura habitacional da cidade estadunidense.

Também nos EUA, o sociólogo Lewis Hine foi contratado pelo Comitê Nacional do Trabalho Infantil (*National Child Labor Committee*, em inglês) para percorrer o país reportando a exploração do trabalho de crianças nas vendas de jornais, fábricas de algodão e minas de carvão. Almejando mudar os abusos cometidos por adultos exploradores, Hine fotografou crianças e adolescentes que trabalhavam até 12 horas por dia. A contribuição resultou na aprovação de lei que proibia a venda de bens produzidos por fábricas que empregavam força de trabalho infantil. As fotos de Hine, para Sontag (2004, p. 78), tinham o intuito de despertar a consciência. “Na medida em que os denunciantes obtinham resultado, também alteravam aquilo que fotografavam; de fato, fotografar uma coisa tornou-se uma parte rotineira do processo de alterá-la” (Sontag, 2004, p. 79). Com isso, a fotografia não fornece somente um registro histórico do passado, mas, também, uma provocação a modificar as condições do presente.

No pós-Segunda Guerra Mundial, fotógrafos com uma proposta humanista concentraram suas câmeras na vida diária de pessoas comuns na Europa em reconstrução, com ênfase na França (Hamilton, 1997), chegando em Portugal (Fernandes, 2014) e Itália (Caruso, 2016). O principal conjunto de imagens da fotografia humanista foi produzido no reerguimento francês durante a era definida como sendo entre a Liberação de Paris em 1944 até o fim da década de 1950. Dos traumas de guerra, surgiu uma demanda de fotografias de “interesse humano” que proporcionou o desenvolvimento de um aspecto humanista no fotojornalismo, o que tornou o papel social do fotojornalista reconhecido e seu status elevado, aumentando a gama de áreas de atuação.

Para fornecer novas representações de “francesividade” (“Frenchness”, no original), tais fotógrafos desenvolveram uma

⁴ Tradução nossa para: “The remedy that shall be an effective answer to the coming appeal for justice must proceed from the public conscience. Neither legislation nor charity can cover the ground. The greed of capital that wrought the evil must itself undo it, as far as it can now be undone.” (RIIS, 1880, p. 4).

agenda de temas centrais “porque eles tinham certas ideias sobre o que ser francês significava, e também porque aquelas ideias tinham simetrias com os ideais éticos e políticos, e com o comportamento visualmente observável” (Hamilton, 1997, p. 147, tradução nossa)⁵. Assim, possuíam uma concepção de como era ser humano na França naquele momento, expressando esse humanismo por meio de imagens sobre a sociedade francesa.

Na análise de Hamilton (1997), as fotografias humanistas produzidas naquela época abrangem o local da cena, a data pode ser verificada através dos estilos de roupas e modelos de carros, sugerem os grupos sociais dos retratados, e não sensacionalizam mas contam com a cumplicidade dos passantes. O detalhe mais técnico é o de serem realizadas em preto-e-branco, que seria explicado por Caruso (2016) por assim reterem uma sobriedade e emitirem uma maior impressão “artística”.

Além disso, foram retratados temas como a rua, a classe trabalhadora e as pessoas de classes ainda mais baixas. A rua era o local dos fotógrafos humanistas franceses, pois eles preferiam fazer suas imagens no “calor” do momento do que na “frieza” do estúdio. “Para os humanistas, era o local quintessencial por excelência onde ocorria a vida pública das pessoas comuns” (Hamilton, 1997, p. 108, tradução nossa)⁶. A rua era espaço de muita atividade artística e havia uma tendência a produzir fotos que se referissem ao passear nas ruas, retomando a ideia do flâneur (flâneur, na expressão original).

A importância da classe trabalhadora foi destacada, tendo mineiros, trabalhadores industriais e manuais representados positivamente. Os fotógrafos humanistas tendiam a focar na classe trabalhadora, que reconstruía o país no pós-Segunda Guerra, incluindo os trabalhadores entre uma classe social menos definida, a chamada classe popular (Hamilton, 1997, p. 139). Esta última abrangia profissões normalmente não incluídas na classe trabalhadora, como lojistas e artesãos autônomos, e possuía hábitos de lazer particulares e um histórico revolucionário com a Libertação de Paris em 1944. Incluíam-se nas imagens os indigentes (clochards, na expressão original) – sem

⁵ Tradução nossa para: “because they had certain ideas about what being French meant, and also because those ideas had some symmetry with political and ethical ideals, and with visually observable behaviour” (HAMILTON, 1997, p. 147).

⁶ Tradução nossa para: “For the humanists it is the quintessential site par excellence where the public life of ordinary people occurs” (HAMILTON, 1997, p. 108)

tetos e/ou desempregados – mostrados como integrantes da economia e da sociedade daquele momento. “Ao invés de marginalizar o indigente, ele ou ela é incluído na estrutura do humanismo” (Hamilton, 1997, p. 128, tradução nossa)⁷.

Aos poucos, a fotografia humanista foi cessando de atuar na reintegração da sociedade francesa. Com os anos 1950 chegando ao fim, uma nova geração de fotógrafos de uma proposta mais agressiva começou a ser mais preferida no campo editorial, que tentava competir com a televisão (Hamilton, 1997). Porém, antes de decaírem, os temas humanistas da fotografia não ficaram contidos na França. Muitas de suas imagens se disseminaram “por meio das agências fotográficas e das revistas ilustradas, que já então possuíam um alcance internacional bem considerável” (Zerwes, 2016, p. 316) e se tornaram referência mundial. Entretanto, autores recordam que o termo “fotografia humanista” requer cautela ao ser usado “como uma categoria universal, sem prestar atenção suficiente às suas inflexões locais” (Vestberg, 2011, p. 157, tradução nossa)⁸. Zerwes (2016) acrescenta que, além das diferenças espaciais, há diferenças temporais, ou seja, as concepções de humanismo variam conforme as décadas passam.

O fotojornalismo brasileiro não escapou das inspirações da fotografia humanista, segundo Burgi (2012). Sinais da linguagem visual surgida no cenário internacional do pós-Segunda Guerra, como ensaios de fotógrafos humanistas franceses abordando o cotidiano, são destacados pelo autor na formação de um fotojornalismo humanista no Brasil. O autor atribui uma inflexão da revista ilustrada *O Cruzeiro*, entre 1947 e início dos anos 1950, em direção ao que chama de fotojornalismo de viés humanista. Na equipe de fotógrafos do periódico, tiveram destaque José Medeiros (1921 – 1990) e Luciano Carneiro (1926 – 1959). Ao serem contratados, ambos teriam trazido uma nova visão sobre o fotojornalismo da revista com “maior ênfase na objetividade e no caráter documental e jornalístico” (Burgi, 2012, p. 33).

Ambos os fotojornalistas com outros da equipe seriam autores dos escritos sobre as imagens que clicavam, característica frequente dentro de *O Cruzeiro*, na década de 1950 (Burgi, 2012, p. 37). Ou seja,

⁷ Tradução nossa para: “Rather than marginalizing the clochard, he or she is included within the framework of humanism” (HAMILTON, 1997, p. 128).

⁸ Tradução nossa para: “as a universal category, without paying sufficient attention to its local inflections” (VESTBERG, 2011, p. 157).

alguns fotógrafos escreviam as legendas de suas próprias imagens. Entretanto, os fotojornalistas atuantes em O Cruzeiro tinham atitudes distintas sobre objetividade e subjetividade segundo Burgi (2012). Por um lado, havia os apoiadores de uma visão mais “interpretativa”, que eram mais passíveis de alinhamento com os interesses ideológicos da empresa; por outro, havia “os comprometidos com uma postura mais idealista, que acreditavam que mostrar e documentar o fato de forma direta e objetiva poderia influenciar a opinião pública e até mesmo a política pública” (Burgi, 2012, p. 38). Ao fim, o autor sugere que o trabalho original da revista foi difundido pelos editores de maneira avessa à intenção original dos fotógrafos, o que contribuiu para o afastamento definitivo da equipe formada por Medeiros e Carneiro.

O que ficou marcado foi o comprometimento dos fotojornalistas que buscavam retratar a “vida humana nas várias representações do povo brasileiro dentro da revista, mesmo que muitas vezes em evidente contradição com os interesses do próprio veículo de comunicação” (Burgi, 2012, p. 36). Ao longo dos anos 1950, construiu-se um legado que iria influenciar os fotojornalistas nos anos posteriores, como Evandro Teixeira, que se destacou no período da ditadura militar (1964-1985). Nas décadas seguintes, “o fotojornalismo humanista se desenvolveria igualmente como uma fotografia engajada e de resistência sob regimes ditatoriais, como nas ditaduras militares no Brasil e em outros países da América Latina nas décadas de 1960 e 1970” (Burgi, 2012, p. 35). Assim, a fotografia humanista é definida por Burgi (2012, p. 37) como sendo a “celebração da vida e de sua diversidade por meio da lente de fotógrafos empenhados em documentar desde fatos corriqueiros do dia a dia até grandes tragédias e questões sociais que desafiam a humanidade”.

Tais questões sociais desafiadoras da humanidade podem ser mais explicitadas tendo por base o humanismo marxista, que, ao reconhecer as características essenciais humanas (Márkus, 2015), expandiria o fotojornalismo humanista para o fotojornalismo humanizador, que busque a humanização maior (Freire, 2016).

Como alertou Freire (2015), o humanismo de caráter concreto nega ideais abstratos, fora do mundo. Na fotografia, um exemplo de humanismo abstrato seria a exposição artística “*The Family of Man*”, realizada em Nova York nos anos 1950. O conjunto de imagens teria como finalidade provar que a humanidade é uniforme, e que os indivíduos nascem, trabalham, riem e morrem do mesmo modo. Tal

propuesta de homogeneización simplificadora “nega o peso determinante da história – das diferenças, das injustiças e dos conflitos genuínos, historicamente enraizados” (Sontag, 2004, p. 45). No argumento de Barthes (1985), fatos universais como o nascimento e a morte eram postos como a-históricos na mostra, ao invés de adotar uma perspectiva temporal e reflexiva na qual se poderia transformar os modos de existência. Ao contrário disso, o humanismo concreto, ou progressista segundo Barthes (1985), deveria sempre pensar em estabelecer a própria natureza como histórica. Em resumo, Sontag (2004) e Barthes (1985) criticam a ausência de historicidade nos diferentes indivíduos exibidos na exposição.

Uma comparação entre o humanismo genérico da exposição com o trabalho de Sebastião Salgado foi feita por Sontag (2003). O problema dos “retratos de desgraça” do fotógrafo brasileiro, segundo ela, não estaria nas fotos, mas no direcionamento dado aos destituídos de poder que estariam reduzidos a impotência, não sendo designados nas legendas.

Um retrato que se exime de designar seu tema torna-se cúmplice, ainda que inadvertidamente, do culto da celebridade que inflamou um apetite insaciável pelo tipo oposto de fotografia: assegurar só aos famosos a menção de seus nomes rebaixa os demais a exemplos representativos de suas ocupações, de suas etnias, de suas aflições (Sontag, 2003, p. 67-68).

A crítica ainda incide sobre a escala mundial do trabalho, pois dando essa dimensão ao sofrimento poderia causar duas reações: com que as pessoas sentissem um dever de se “importarem” mais; ou que as pessoas sentissem a abrangência e o caráter “definitivo”, imutável, de tais problemas, tornados complicados demais para serem transformados por qualquer política local. “Com um tema concebido em tal escala, a compaixão pode apenas debater-se no vazio — e tornar-se abstrata” (Sontag, 2003, p. 68).

Para Sontag (2003), é necessário se questionar sobre as causas, responsabilidades e consequências do exibido na fotografia. Para ela, mesmo que não possam revelar totalmente parte da realidade a que se referem, as imagens ainda exercem uma função essencial: documentar as capacidades humanas. “Tais imagens não podem ser mais do que um convite a prestar atenção, a refletir, aprender, examinar

as racionalizações do sofrimento em massa propostas pelos poderes constituídos” (Sontag, 2003, p. 97). Portanto, os documentos fotográficos são um chamado a pensar sobre a realidade e mudá-la, isto é, a exercer a práxis.

Conclusão.

Este artigo buscou relacionar conceitos de humanização e de humanismo marxista com reflexões do jornalismo, principalmente do fotojornalismo. Da revisão bibliográfica sobre jornalismo humanizado, foi feita uma problematização sobre como seria realizada a humanização do jornalismo, de qual humanismo pode descender essa concepção, e quais características essenciais humanas se pode destacar ao humanizar. Por fim, foram citados exemplos de humanismo nas imagens a fotojornalismo humanista, propondo aspectos humanizadores do jornalismo de fotografias.

Um passo importante para a conscientização do ser humano como agente do processo histórico se torna evidente para Oliveira (2015): a conexão com o cotidiano do mundo. Para o autor, o contexto vivido precisa ser objeto de criticidade de onde parte a tomada de posição com o oprimido. “Não se trata apenas de compartilhar experiências cotidianas, mas mediá-las pela interpretação crítica e mediadas pela perspectiva da emancipação” (Oliveira, 2015, p. 1206). Não há como pensar o conhecimento ou a consciência sem compreender que as práticas são geradas na estrutura da sociedade pelos seres sociais. “Sem a clareza de que somos indivíduos parte de uma totalidade orgânica e processual, perde-se a chance de relacionar o conhecimento da realidade à construção de nossa própria história, o que nos exige posicionamentos humanistas em defesa do gênero” (Souza, 2016, p. 90). Para realizar a transformação da individualidade, “além das barreiras políticas e sociais que devem ser removidas, é necessário que cada indivíduo tenha acesso à imediaticidade do todo no qual está inserido” (Genro Filho, 1989, p. 220).

Por isso, conhecer algo requer ir além de se dar conta dos fatos. “Quando se procura conhecê-los, se toma distância dos fatos e das coisas, se pergunta sobre eles. É isso que, em linguagem mais técnica, se chama de objetivar o objeto” (Freire, 1989, p. 26). Dessa forma, torna-se indispensável partir da cotidianeidade dos oprimidos, mas sem se manter nela. Isto é, não basta capturar imageticamente

e levantar textualmente as situações dos oprimidos, pouco permitindo o questionamento das circunstâncias sociais, econômicas e políticas que as geraram. A falta de abordagem dos motivos macroeconômicos, sociais e políticos que levaram os retratados a estarem em sua situação, não estimula a conscientização sobre os problemas sistemáticos que geram cada contexto social. Se houver uma compreensão política-econômica por parte dos profissionais da imagem e um esforço conscientizador, a permanente humanização pode ser gestada em conjunto.

Nas fotografias, o objeto a ser questionado são as condições sociais e pessoais que as levaram a estar naquela situação mutável. Na imagem, o fotojornalismo pode tornar-se humanizador ao buscar apresentar o retratado de maneira igualitária ao observador e uma legenda que revele questões macroestruturais que contribuíram ou foram determinantes para as condições vivenciadas pelos oprimidos. Na legenda, em que o fotojornalista designa o fotografado, como defendeu Sontag (2003), seja possível ressaltar as características essenciais humanas (Márkus, 2015) e problematizar para a humanização (Freire, 2015). Como exemplos das três características essenciais humanas, é possível citar três frases comumente ditas que podem humanizar no texto da legenda. Ao constatar frases afins de “Eu não nasci ontem” pode-se afirmar que ela representa a características da consciência, pois demonstra que o ser humano está ciente de seu próprio tempo, isto é, de sua história e da história do meio em que vive. A partir daí, toma-se distância da situação imediata, tornando-a objetivo de análise. Frases relacionadas a “Eu sou trabalhadora/trabalhador” podem representar a característica do trabalho, com o qual os humanos formam e transformam a si mesmos num processo contínuo de auto-criação no tempo e no espaço. E, por parte da sociabilidade, orações correlatas a “Eu sou pai/mãe de família” demonstram contato e estabelecimento de ligações com outros humanos dos quais o retratado herdou ou compartilha habilidades e comportamentos.

Humanizando quem está atrás, na frente ou depois da câmera, a fotografia jornalística pode, mais do que dizer e mostrar, alcançar o questionamento e principiar a modificação daquilo que exhibe.

Bibliografía.

- Alves, F. A. & Sebrían, R. (2008). Jornalismo Humanizado: o ser humano como ponto de partida e de chegada do fazer jornalístico. In: Anais do IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação na Região Sul – INTERCOM SUL: Guarapuava.
- Boni, P. (2008). O nascimento do fotodocumentarismo de denúncia social e seu uso como “meio” para transformações na sociedade. In: Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal - Rio Grande do Norte. São Paulo: Intercom / UFRN.
- Burgi, S. (2012). O Fotojornalismo Humanista em O Cruzeiro. In: Costa, H. & Burgi, S. (Org.). As origens do Fotojornalismo no Brasil. São Paulo: IMS.
- Caruso, M. (2016). Italian humanist photography: From Fascism to the Cold War. p. 213. London, New York: Bloomsbury.
- Charles, V. (2017). Renascimento. Tradução: Gil Reyes. São Paulo: Folha de S. Paulo.
- Fabris, A. (1991). Fotografia: usos e funções no Século XIX. p. 262. São Paulo: Edusp.
- Folquening, V. (2002). O jornalismo é humanismo: representações sociais de estudantes de comunicação. Curitiba: Editora pós escrito.
- Freire, P. (1969). O Papel da Educação na Humanização. Revista Paz e Terra, Ano IV, nº 9.
- Freire, P. (1982). Educação e Mudança. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1984a). Ação Cultural para Liberdade e Outros Escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1984b). Educação como prática da liberdade. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1992). Pedagogia da Esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2015). Extensão ou Comunicação?. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2016). Pedagogia do Oprimido. 40ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Genro Filho, A. (1986). Do medo à dialética. In: Genro Filho, A. Marxismo, filosofia profana. Porto Alegre: Tchê!.
- Genro Filho, A. (1989). O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. 2. ed. Porto Alegre: Ortiz.
- Hamilton, P. (1997). Representing the social: France and frenchness in post-war humanist photography. In: HALL, Stuart (Ed). Representation: cultural representations and signifying practices. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE.
- Ijuim, J. K. (2009). A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. Em Questão, v. 15, p. 31-43.

- Ijuim, J. K. (2012). Humanización e desumanização no jornalismo: algumas saídas. *Revista Comunicação Midiática (Online)*, v. 7, p. 117-137.
- Ijuim, J. K. (2017). Por que humanizar o jornalismo (?). *Verso E Reverso (Unisinos. Online)*, v. 31, p. 235-243.
- Ijuim, J. K. & Sardinha, A. C. (2009). Algumas meias verdades sobre a narrativa jornalística... e a busca por um jornalismo humanizado. *Comunicação & Sociedade*, v. 30, p. 155-176.
- Mancuzo, C. Z. C. & Maria, R. P. de. & Boni, P. C. (2010). Enchentes no Nordeste: a humanização da notícia na cobertura fotográfica da Folha de S. Paulo. *Discursos Fotográficos*, v. 6, p. 79-100.
- Márkus, G. (2015). *Marxismo e Antropologia: o conceito de essência humana na filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Meditich, E. (1992). *O Conhecimento do Jornalismo*. 1. ed. 100p. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Mendonça, N. (2006). *A Humanização na Pedagogia de Paulo Freire*. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Mazini, A. G. (2008). *A estética Textual da Narrativa Jornalística: Ferramentas Úteis à Humanização do Discurso Jornalístico*. In: *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação na Região Sudeste - Intercom, São Paulo – SP*.
- Montipó, C. (2010). *Relato Humanizado: Por um jornalismo que é a cara do Brasil*. *Cadernos da Escola de Comunicação (Unibrasil)*, v. 8, p. 1-12.
- Montipó, C. (2011). *Jornalismo, ética e humanização: reflexões sobre a tríplice tessitura*. In: *XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife*.
- Montipó, C. & Bortoli, S. (2014). *Boas histórias que o jornalismo quase deixou de contar: as redes sociais como pauta para a produção jornalística*. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*, v. 4, p. 88-104.
- Oliveira, D. de. (2015). *Jornalismo e ação cultural pela emancipação*. In: ROMANCINI, R; LOPES, M.I.V.. (Org.). *Comunicação, cultura e mídias sociais*, v. 1, p. 1199-1210. 1ed. São Paulo: Ibercom.
- Pessanha, J. A. M. (1994). *Humanismo e pintura*. In: Novaes, A. (Org.). *Artepensamento*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Reinaldo, G. F. (1993). *Entrevista: ponte de interdisciplinaridade com a literatura, expressão de um jornalismo humanizador*. 1993. 198p. TCC (Graduação em Comunicação Social). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Curso de Comunicação Social.
- Riis, J. (1890). *How the other half lives. Studies among the tenements of New York*. New York: Charles Scribner's Sons.
- Smith, A. & Thomson, J. (1877). *Street Life In London*. London: Sampson Low, Marston, Searle and Rivington.

- Sontag, S. (2003). *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sontag, S. (2004). *Sobre Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sousa, J. P. (2000). *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Vestberg, N. L. (2011). Robert Doisneau and the making of a universal cliché. *History of Photography*, v. 35, n. 2, p. 157-165. Londres: Routledge.
- Zapata, R. M. (1990). *De la noticia al reportaje humano*. Havana: Editorial Pablo de la Torriente.
- Zerwes, E. (2016). A fotografia humanista e a construção de uma historiografia sobre a fotografia latino-americana. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 16, p. 314.